

## As festas cívicas em Campo Maior-PI durante a Ditadura Militar

Caio Vinicius Silva Teixeira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho objetiva estudar as festas cívicas ocorridas na cidade de Campo Maior-PI na década de 1970, ou seja, no período da Ditadura Militar, quando o Estado buscava inculcar na população valores de civismo, de patriotismo e de nacionalismo, procurando uma legitimidade e valorização do regime militar. Percebemos que as principais festas cívicas realizadas na cidade foram as em comemoração ao Dia da Independência do Brasil e à Batalha do Jenipapo. Compreendemos que Campo Maior esteve em sintonia com os ideias de moral, de civismo e de patriotismo propostos pela ditadura e que essas festas foram bem recebidas pela população.

**Palavras-Chave:** Campo Maior; Ditadura Militar; Memória

**Abstract:** This work aims to study the civic celebrations that took place in the city of Campo Maior-PI in the 1970s, that is, during the period of the Military Dictatorship, when the State sought to instill in the population values of civism, patriotism and nationalism, seeking legitimacy and valorization of the military regime. We noticed that the main civic celebrations held in the city were those commemorating the Independence Day of Brazil and the Battle of Jenipapo. We understand that Campo Maior was in tune with the ideas of morality, civism and patriotism proposed by the dictatorship and that these celebrations were well received by the population.

**Keywords:** Campo Maior; Military dictatorship; Memory

### The civic festivities in Campo Maior-PI during the Military Dictatorship

#### Considerações Iniciais

Ao longo dos mais de 20 anos em que ficaram no poder, os militares usaram vários métodos para extirpar qualquer crítica ou oposição ao seu governo, a partir de um discurso através do qual se diziam estarem combatendo forças inimigas que pudessem colocar em perigo o futuro da nação: os comunistas e seus adeptos. “Nesse sentido, não se fez um golpe para instaurar uma ditadura, mas para salvar a democracia” (REIS, 2014, pág. 86). Assim, perseguiram opositores, torturavam, exilavam e assassinavam pessoas que não se “enquadrassem” nos seus ideais.

Não obstante, os militares tinham como objetivo alcançar o apoio de todos os brasileiros e para isso forjaram uma suposta democracia na busca de legitimidade para o seu governo (REZENDE, 2013). Nessa democracia, toda a sociedade deveria estar comprometida

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI (2018). Email: [caiovsteixeira@gmail.com](mailto:caiovsteixeira@gmail.com)

com a defesa da Pátria, contribuindo para a manutenção da ordem social. “A internalização e a aceitação dos valores apresentados como fundantes do regime militar deveriam, assim, ser feitas por todas as instituições da sociedade.” (REZENDE, 2013, pág. 40-41).

O regime militar também tentava ensinar a história da nação e de seus heróis por meio de grandes festividades, ao passo que as utilizavam também como ferramenta para sua legitimação. Dessa forma, o estudo sobre as festas cívicas em regimes autoritários – como na Ditadura Militar - é uma excelente maneira de tentarmos compreender como esses regimes, através dessas festas, buscam conseguir legitimidade e apoio para seu governo, pois através das festas – cívicas – “(...) se poderia fazer uma verdadeira hermenêutica da nação (...)” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, pág. 136).

A festa, além de ser uma manifestação cultural, pode ser entendida nesse caso também como elemento político, uma vez que é proposta pelo governo militar vigente no Brasil e este busca, por meio das festas cívicas, transmitir à sociedade seus valores e ideais, pois “A festa é vista como um momento de dramatização não só da vida e da ordem social, mas de seus desejos, de seus sonhos, de seus delírios, de seus caminhos e descaminhos, de seus projetos e projeções.” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, pág.146).

Nessa perspectiva, abordamos neste trabalho as festas cívicas realizadas em Campo Maior no período da Ditadura Militar, visto que as festas são “(...) construções e invenções práticas e discursivas de cada temporalidade na qual elas se deram ou ocorreram e na qual foram nomeadas, instituídas e legitimadas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.ág146), que ganharam sentidos específicos durante a Ditadura Militar.

### **Campo Maior: Imprensa local e Ditadura Militar**

Campo Maior, nos anos 1970, tinha ares de cidade provinciana. Durante sua história, teve a economia voltada principalmente para a produção de gado, mas a partir da década de 1940, outro item impulsionou a economia campomaiorense, a cera de carnaúba, palmeira abundante na região. “O começo de 1940 até o fim de 1970 foram anos de prosperidade para a economia do município graças principalmente à cera de carnaúba e à pecuária (...)” (CHAVES, 2014, pág. 44). De acordo com Celson Chaves (2014) a partir da segunda metade da década de 1970 houve a decadência do comércio da cera de carnaúba enfraquecendo, assim, a economia da cidade.

É nesta pequena cidade que é fundado, em 1967, o Jornal A LUTA, o qual se tornaria o principal veículo de comunicação local do período. Esse semanário funcionou na cidade de

Campo Maior entre 1967 e 1979, ou seja, entre o “auge” da ditadura e o início do seu declínio e da abertura democrática.

É interessante perceber que a produção desse jornal está imersa em um momento de censura à imprensa por parte da ditadura. Mesmo Campo Maior sendo uma cidade pequena e distante do centro urbano nacional havia na imprensa local (e regional) medo em relação às práticas autoritárias do regime. A partir daí observa-se uma postura acrítica para com a ditadura, procurando divulgar os fatos da cidade e, em segundo plano, da região.

Em editorial de 30 de março de 1972 o jornal cita a solenidade comemorativa dos 8 anos da “Revolução de 1964” realizada pela Prefeitura Municipal, na praça Bona Primo. Na ocasião houve pronunciamento do prefeito Jaime da Paz. “No momento, a bandeira de Campo Maior foi hasteada no centro da praça ao lado dos Pavilhões do Piauí e do Brasil, significando a comunhão desta célula com os anseios da Nação inteira”. (HOMENAGEM à Revolução. Jornal A LUTA, ano V, nº 208, mar. 1972). Ainda nessa edição o jornal traz um texto intitulado “8º Aniversário da Revolução” no qual demonstra seu apoio ao acontecimento de 31 de março de 1964 e aos militares que tomaram o poder naquela data. Para o jornal, o governo dos militares era símbolo de desenvolvimento da nação:

Oito anos de Brasil novo são passados. Quando a 31 de março de 1964, a Pátria foi salva do caos, abriram-se lhe as portas do desenvolvimento. Naquela data histórica, homens de nobreza espiritual e patriótica conduziram a Nação de vales sombrios, então presa que estava de homens mesquinhos, para os planaltos resplandecentes, onde pode ser vista, bela e rica, por todos os povos do mundo. Eis agora o Brasil transformado, saído há oito anos de tenebroso marasmo e do perigo da tirania esquerdista, da fatal desgraça, para o reinado da liberdade irrestrita, muito amada e salvaguardada, até, com a morte, por noventa milhões de almas verde e amarelas.

São oito anos de mentalidade brasileira transformada. De outra personalidade. E de alcançada maturidade. (...). Desenvolve-se o comércio. Multiplicam-se as indústrias. Rasgam-se as estradas. Prolifera a energização. As comunicações fazem a integração. (...) (8º ANIVERSÁRIO da Revolução. Jornal A LUTA, ano V, nº 208, mar. 1972, s/p)

Assim, podemos observar o posicionamento do jornal em relação à ditadura militar imposta em 1964; para o jornal – e seus colaboradores – os militares estavam proporcionando positivas transformações no país em várias áreas, levando a nação ao progresso, coisa que não acontecia nos governos anteriores. Isso demonstra sua sintonia com o regime vigente no Brasil

## **As comemorações à Batalha do Jenipapo**

Em 13 de março de 1823, às margens do Rio Jenipapo, em Campo Maior-PI, ocorreu uma sangrenta batalha em prol da consolidação da Independência do Brasil. O confronto ficou eternizado na historiografia piauiense e na memória dos campomaiorenses como “Batalha do Jenipapo”. Entre a manhã e a tarde daquela data piauienses, maranhenses e cearenses, utilizando ferramentas rústicas (machados, foices, facões, etc.), enfrentaram as tropas portuguesas lideradas pelo Major João José da Cunha Fidié, que tinham como objetivo a manutenção da Província do Piauí aliada à corte portuguesa. Mesmo saindo derrotados daquele confronto hoje os brasileiros que lutaram na batalha são tidos como heróis, e de acordo com Reginaldo Gonçalves Lima:

Para comemorar os bravos e heróis campomaiorenses que no ano de 1823 tombaram em defesa da soberania do Brasil – sua total independência – na única batalha que se tem notícia na história do país, são realizadas solenidades cívico-militares e culturais todos os anos, no dia 13 de março. Estudantes de todos os níveis (...) professores e a população se juntam às autoridades civis, eclesiásticas, intelectuais e militares do Estado e de outras partes do Brasil para reverenciarem os ilustres brasileiros mortos em combate. (LIMA, 1995, pág. 78)

Entretanto, nem sempre foi assim. Durante muito tempo os mortos da batalha eram cultuados por pessoas que lhes faziam promessas e peregrinações e eram conhecidos por “Almas do Batalhão” (LIMA, 2017). O local da batalha – e os combatentes brasileiros – passa a ter um novo sentido a partir de 1922, quando é construído um obelisco em homenagem aos cem anos da independência do Brasil. Daí em diante “(...) os mortos na Batalha do Jenipapo se transformaram em heróis, a partir de ações políticas, que criam discursos legitimando-os através de ações, como essas, de construir lugares de memória (...)” (JESUS, 2013, pág. 42).

O governo ditatorial vigente nos anos 1970 procurava exaltar aqueles que eram tidos como heróis da nação, e nesse sentido, as pessoas que perderam suas vidas na Batalha do Jenipapo passam a ser reconhecidas como tal, uma vez que lutaram até a morte pelo bem do Brasil. Então, em reconhecimento do heroísmo dos mortos na batalha, no início da década de 1970 a sociedade campomaiorense, especialmente a elite local, passou a reivindicar a construção de um monumento aos “Heróis do Jenipapo”.

O Brasil vivia um momento de evocação do civismo e do patriotismo e a construção do monumento, especialmente naquele momento, representaria o reconhecimento dos mortos

no confronto como heróis da nação. De acordo com Francisco de Paula Barroso Lima, a tradição:

(...) dos “Heróis do Jenipapo”, é reforçada e desenvolvida por uma estratégia dos governos militares. Por volta da metade da década de 1970, o Brasil, em pleno período do Regime Militar, e numa tentativa de afirmação e justificativa de permanência dos militares no poder da nação brasileira, o comando militar passou a fazer grandes projetos de estruturação no país e de repercussão nacional, com grandes obras e construções estruturais de amplo impacto visual, em quase todo território brasileiro. Em Campo Maior, nesse tempo, voltaram a ser lembradas no contexto histórico da Batalha do Jenipapo, a elite e a igreja, embaladas pelo sistema de ideias do momento, as quais passam a fazer campanha de arrecadação de fundos, para auxiliar na construção do monumento aos “Heróis do Jenipapo.” (LIMA, 2017, pág. 29).

Depois de mais de um ano do início das obras o Monumento “Heróis do Jenipapo” foi inaugurado em 06 de novembro de 1973, neste dia inclusive foi feriado na cidade<sup>16</sup>. Foi um acontecimento marcante para o município e para o Estado, pois demonstra o reconhecimento da importância do Piauí para a História da Nação<sup>17</sup>. A solenidade contou com a presença de várias autoridades municipais e estaduais, como demonstra a matéria publicada no jornal A LUTA:

A solenidade iniciou-se com o hasteamento das bandeiras municipal, estadual e nacional, respectivamente pelo Prefeito Municipal Dácio Bona<sup>18</sup>, Gal. Tácito Teófilo e o Governador Alberto Silva, ao mesmo tempo que a banda do exército entoava o Hino Nacional. Em seguida, o Mons. Joaquim Lopes Chaves, primeiro lugar num concurso público de âmbito nacional sobre a Batalha do Jenipapo, pronunciou inspirada oração a Deus, invocando sua assistência àquela solenidade. Depois o Gal. Tácito Teófilo leu a Ordem do Dia, onde fez uma retrospectiva histórica da gloriosa batalha. Por fim falou o Governador Alberto Silva, frisando o significado da inauguração como resgate de dívida histórica a que seu governo não pôde ficar indiferente. (DO ALTO deste monumento 150 anos são contemplados. Jornal A LUTA, ano VI, Nov. 1973,s/p)

Daí, podemos observar a congregação da sociedade em torno da inauguração do Monumento. Representantes do poder executivo local e estadual, dos militares e do clero se fizeram presentes na solenidade, demonstrando a coesão social, pretendida pelo executivo federal, na exaltação aos heróis da nação. Como citado na matéria, o governador Alberto Silva trata da questão como resgate de dívida histórica, mas podemos observar isso também como uma busca pela valorização da auto-estima piauiense, uma das marcas de seu governo (FONTINELLES, 2015). Como afirma Pauliana Maria de Jesus:

Compreende-se que a finalidade da construção do monumento não era só preservar a memória dos que morreram na batalha, mas existem outros fatores como o fortalecimento das questões cívicas, o culto e amor ao estado do Piauí que sempre foi visto com desprezo pelo resto do país e também criar laços identitários, e ter um reconhecimento pelo Brasil dessa batalha que não deram tanta importância como se reclama. (JESUS, 2013, pág. 48)

Assim é perceptível que a construção do monumento tinha, sobretudo, um significado cívico. Mais do que homenagear os mortos na batalha e prestar honras às suas memórias, este feito buscava reforçar o civismo pregado pelo governo militar e “transformar” as outrora “almas do batalhão” em “Heróis do Jenipapo”, visto que as condições políticas e sociais da época eram propícias para isso. Podemos ver que a “tradição inventada” (HOBSBAWM, 2002) em torno da Batalha do Jenipapo estava de acordo com os interesses cívicos do governo militar.

As comemorações em torno da Batalha do Jenipapo realizadas na década de 1970 em Campo Maior constituem-se em um exemplo de civismo e patriotismo que a Ditadura Militar objetiva inculcar nos brasileiros. Os mortos na batalha em 1823 que antes eram tidos pela população como almas milagrosas passam a ser tidos como “heróis” e grandiosas celebrações cívicas são realizadas em homenagem a sua bravura. Como coroamento dessa “ressignificação” é construído um monumento que leva o nome de “Heróis do Jenipapo”. Este, porém, pode ser visto como um exemplo da presença da ditadura em Campo Maior, como símbolo do civismo e do patriotismo evocado pelos militares.

### **As comemorações do Dia da Independência do Brasil em Campo Maior-PI**

A data de 7 de setembro tem um significado histórico no Brasil, pois nesse dia, no ano de 1822, D. Pedro teria proclamado o famoso grito que ficou marcado na história nacional: “Independência ou morte!”. Sabemos que nenhum fato histórico acontece isoladamente, e a independência do Brasil não foge a essa regra. Entretanto, o que ficou cristalizado foi que aquele grito entoado às margens do rio Ipiranga libertou o Brasil das amarras de Portugal e Dom Pedro passou a ser reconhecido como o grande herói nacional e o Sete de Setembro como o marco fundador da nação brasileira (MORAIS, 2015)

Ao longo do tempo essa imagem do heroísmo de D. Pedro e da independência do Brasil foi se tornando mais forte e a comemoração ao Sete de Setembro se torna uma “festividade de caráter patriótico, nacionalista, durava vários dias, chegando mesmo a ser a Semana da Pátria, merecendo maior ênfase o dia 7 de setembro, data consagrada à

independência do país, lembrada e relembrada ano após ano (...)” (MELO, 2010, pág. 274). Assim, essa data cívica foi se consolidando na memória dos brasileiros.

No período da ditadura militar essa festa ganha um sentido mais forte devido ao patriotismo propagado pelo Estado que se intensifica em governos ditatoriais. Entretanto, a tradição de se comemorar civicamente certas datas ou personagens da História não foi criada, ou conforme Hobsbawm (2015), inventada no período militar, mas já existiam até mesmo no Estado Novo. E,

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (HOBBSAWM, 2002; pág. 09)

Dessa forma, a partir da criação das festividades em torno da data da independência do Brasil, o Estado busca inculcar o sentimento de civismo e de patriotismo nos brasileiros. As comemorações ao Sete de Setembro, bem como de outras datas cívicas, passam a fazer parte da “tradição” nacional e do calendário cívico do país, constituindo-se num elemento de exaltação nacional, momento de glorificar o heroísmo de D. Pedro I.

Esse interesse se intensificou, por exemplo, no ano de 1972 quando o país comemorou o Sesquicentenário da Independência. Segundo Janaina Martins Cordeiro “as festas deveriam ser grandiosas (...). Eventos de proporções nacionais – exaltando os esforços de integração nacional nos quais o governo se empenhava – foram previstos e realizados. Ao mesmo tempo, a festa deveria ser uma imponente evocação patriótica.” (CORDEIRO, 2012, pág. 17).

Durante seis meses (de abril a setembro de 1972) ocorreram no Brasil inúmeras celebrações que culminariam na inumação dos despojos de D. Pedro, vindos de Portugal, no dia 6 de setembro e o desfile do dia 7, após percorrerem todas as capitais brasileiras (CORDEIRO, 2012). Esse foi um período de fortíssima evocação de patriotismo, no qual os militares, além de exaltarem o feito de Dom Pedro, buscavam também e glorificar seu governo e suas realizações.

O encerramento das festividades no Brasil se daria com o desfile de 7 de Setembro e, assim como no país todo, em Campo Maior ele foi preparado para ser um ato grandioso. Esta celebração contaria com 6 mil estudantes de diversas instituições escolares desfilando na cidade, com carros alegóricos representando a história do Brasil, contando ainda com a participação de outras instituições. Na manhã do dia 7 haveria a concentração na Praça Bona Primo com a presença das autoridades do município e de lá sairia o desfile, cuja parada militar

ocorreria na Avenida José Paulino (ESTUDANTES prontos para setembro. *Jornal A LUTA*, ano V, nº 209, set. 1972).

No desfile do 7 de setembro os protagonistas são os estudantes e as escolas, apesar de várias instituições sociais participarem dessa festividade. A matéria do jornal fala da participação de um expressivo número de alunos (6.000) de Campo Maior que participaram do ato que encerrou as comemorações do Sesquicentenário na cidade (*Jornal A Luta*, 1972). De acordo com Janaina Cordeiro:

(...) a participação das escolas e seus alunos não pode ser entendida dissociada do projeto cívico da ditadura, que incluía, sem dúvida a (re)educação da juventude a partir de normas que valorizassem a disciplina, a hierarquia, a obediência e o nacionalismo, entendido aqui no contexto dos anos 1970, tendo em vista também seu conteúdo anticomunista, ou seja, como antídoto necessário contra ideologias estranhas, que poderiam seduzir facilmente alguns jovens. (CORDEIRO, 2012, pág. 28).

Assim, as escolas constituíam elemento fundamental para a divulgação do civismo proposto pela ditadura, uma vez que além de serem vias de ensino do amor à Pátria, eram também um lugar de se fortalecer o combate às ideias comunistas, tidas como perigo para a sociedade. Dessa forma, os desfiles acabavam funcionando como pedagogia, pelo fato de ensinarem a História da Pátria (MELO, 2010) fazendo com que a população incorporasse o patriotismo evocado pelos militares.

Compreendemos, assim, a maneira como eram divulgadas as principais festas cívicas ocorridas em Campo Maior na década de 1970 no jornal “A LUTA” – 13 de março/Batalha do Jenipapo, aniversário da cidade e Independência do Brasil. Este periódico, de caráter local, estava inserido num ambiente de censura à imprensa imposta pela ditadura militar, e seus colaboradores expressavam sentimentos de civismo e patriotismo, conforme se pretendia na época, sentimentos esses que deviam expressados espontaneamente e não vistos como uma obrigação. O jornal divulgava as programações feitas para as festas e demonstrava o amor à pátria e aos heróis locais que deveriam ser expressos também pelos campomaiorenses; por outro lado o periódico também criticava quando as festas eram mal organizadas e não estavam em consonância com aquilo que elas deveriam representar à sociedade, de acordo com os interesses do regime militar.

### **História e memória das festas cívicas em Campo Maior-PI na Ditadura Militar**



Durante a Ditadura Militar o governo fez uso de várias ferramentas para alcançar a pretendida legitimidade perante a sociedade brasileira e demonstrar que os militares estavam representando e assegurando a democracia. Uma dessas ferramentas foram as festas cívicas, nas quais eram feitas grandes comemorações em homenagem aos grandes feitos e heróis da História do Brasil, como a Independência e D. Pedro I, e através destas festividades o Estado objetivava inculcar na população um sentimento de patriotismo e de civismo. Essas comemorações se espalharam por todo o país pretendendo cultuar a Pátria, mas também buscar um reconhecimento e valorização do regime militar em vigor.

Além de obter reconhecimento da população brasileira no momento em que estavam no poder, era também de interesse dos militares gravar seu governo na história do país e na memória dos brasileiros (REZENDE, 2013). A memória é um mecanismo através do qual se pode marcar um indivíduo na História. Durante a ditadura militar procurou-se exaltar, por meio das festas cívicas, aqueles tidos como heróis da nação e também colocar os militares – e seus feitos – na memória nacional. Nesse sentido, como nos lembra Michael Pollak, podemos entender a memória como uma luta política, pois:

Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992, pág.205)

As principais festas cívicas realizadas em Campo Maior no período em estudo foram a Batalha do Jenipapo (13 de março) e a Independência do Brasil (07 de setembro). Dessa maneira, empreenderemos uma análise dos depoimentos das pessoas entrevistadas que participaram dessas duas comemorações cívicas.

O 13 de março constitui-se como uma data importantíssima para os campomaiorenses. A cidade se identifica com essa data e com o fato que se deu nesse dia no ano de 1823. Para exaltar os heróis daquela batalha o governo local anualmente realiza comemorações e no período militar isso não foi diferente, sendo que, como vimos, a inauguração do Monumento Heróis do Jenipapo se deu nesse período. Everaldo de Vasconcelos Teixeira<sup>2</sup> conta um pouco de como eram realizadas essas comemorações à Batalha do Jenipapo:

---

<sup>2</sup> Everaldo de Vasconcelos Teixeira nasceu em 1958, na localidade Natal, atualmente município de Sigefredo Pacheco. Em 1969 mudou-se com a família para Campo Maior onde estudou nas escolas Unidade Escolar Valdivino Tito, Unidade Escolar Briolanja Oliveira, Colégio Estadual Professor Raimundinho Andrade, Unidade Escolar Marion Saraiva e Ginásio Santo Antonio. Atualmente mora em Campo Maior e é trabalhador autônomo

As celebrações eram feitas assim, mais era o desfile militar, né? Os colégios iam, aqueles alunos, aí o Exército vinha, a gente... só que eu nunca participei. Naquele tempo era tudo dependioso, não tinha esse negócio de ônibus, a gente ia de pé de Campo Maior, a maioria ,não todos, a maioria ia a pé, naquele tempo a gente não tinha cansaço mesmo ia correndo, ia e vinha. Era pela manhã, a gente chegava em casa 12h, 1h da tarde, sem comer, as vezes até sem beber, não tem essa água mineral que tem hoje. Era tudo dependioso, mas a gente fazia esforço pra ir, pra participar, pelo menos ver aquelas coisas que a gente não via. A gente ia mesmo, eu mesmo era um dos que ia, pra ver mais aqueles carros do Exército, aqueles desfiles, aquelas armas do Exército que era muito bonito (...). (TEIXEIRA, 2018.)

Apreamos que apesar da distância da cidade – algo em torno de 6 km – era feito um esforço para assistir às comemorações. O percurso era feito a pé, sob sol forte, com pouca ou nenhuma alimentação e água. Podemos compreender que ir “correndo” como uma exacerbação na fala do entrevistado, causada pela lembrança do fato vivido. Mas, o que motivava tão grande empenho de um jovem estudante de uma pequena cidade do Piauí? Ver o equipamento do Exército e toda a sua grandiosidade. Mesmo não participando das comemorações, apenas assistir às apresentações do Exército satisfazia nosso entrevistado e fazia todo o esforço valer à pena.

Essa comemoração era um momento em que o Exército mostrava sua imponente à população. Seus carros, desfiles e armas mostravam o poder das Forças Armadas ao passo que procuravam demonstrar que o país estava seguro pelos militares. Para uma criança, como o Sr. Everaldo à época, não era nenhum sacrifício percorrer aquela distância sob as circunstâncias citadas, mas sim motivo de alegria e exaltação do Exército brasileiro. Todo esforço seria recompensado ao assistir à aquela comemoração.

O governo militar soube se apropriar dos homens que morreram naquela batalha, que posteriormente seriam transformados em “Heróis do Jenipapo”. A comemoração da Batalha do Jenipapo tornou-se, assim, um momento de festejar também o governo vigente, tendo construção do monumento o objetivo de fixar aquela data na história piauiense, demonstrando o (res)significado daquela batalha para independência do Brasil, ao passo que é um símbolo da ditadura militar em Campo Maior. Sobre a inauguração desse monumento Francisco de Paula Barroso Lima<sup>3</sup> nos relata que foi um momento que:

---

<sup>3</sup> Francisco de Paula Barroso Lima nasceu em Pedro II em 1955 e mudou-se para Campo Maior em 1962. Estudou nas escolas Unidade Escolar Valdivino Tito e na Unidade Escolar Treze de Março. É graduado em História e atualmente é servidor público na Prefeitura Municipal de Campo Maior.

“(…) envolveu muito a sociedade, envolveu muito os políticos, envolveu principalmente as Forças Armadas que fizeram uma festa muito grande para comemorar aquela grande obra e também pelo idealismo do governador Alberto Silva, que era a tentativa também de colocar o Piauí no meio do Brasil, no meio das comemorações do Brasil e isso o governador fazia e fez muito bem e o Exército aproveitava. Era um aproveitando o outro e, portanto, foi uma festa de repercussão nacional. (LIMA, 2018.)

Como podemos perceber esse fato envolveu a sociedade, de modo geral, os militares e também a classe política. O governador do Piauí, Alberto Silva, participou dessa inauguração, que foi mais uma grande realização de seu governo na tentativa de inserir o Estado no contexto nacional, bem como marcar sua administração na memória dos piauienses com a construção de grandes obras (FONTINELES, 2015). De acordo com a fala do entrevistado, a construção do monumento favoreceu tanto os militares como o governo de Alberto Silva, uma obra em que “todos saíram ganhando”. Em seu discurso:

(...) o Governador Alberto Silva disse que, com a inauguração do Monumento-Museu Heróis do Jenipapo, o Governo e o Povo do Piauí iniciavam o resgate de dívida histórica contraída no dia 13 de março de 1823 com os heróis que se empenharam na derrota das tropas portuguesas comandadas pelo brigadeiro Fidié.

Afirmou o Chefe do Executivo, ao fazer um breve histórico da batalha travada em terras piauienses, que não foi a ela atribuída, até hoje, a verdadeira importância que possui em relação à Independência do Brasil “que não assumiu, no Piauí, caráter de mera adesão, mas de proclamação como consequência lógica de um processo de conspiração, de organização e de luta visando à separação política do nosso País da Coroa Portuguesa. (...). (PIAUI resgatou dívida histórica. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano XXIII, nº4.958, 07 nov. 1973, s/p)

Ao colocar a construção do Monumento como o resgate de uma dívida histórica, Alberto Silva tenta elevar aqueles homens ao patamar de heróis nacionais, ao passo que se coloca também como o responsável por quitar essa dívida. Temos, assim, aquela relação de troca que vimos anteriormente na fala do entrevistado, na qual o governador piauiense se apropria daquela batalha para inscrever seu nome na história de Campo Maior.

A construção desse monumento foi também um anseio de toda a população campomaiorenses e sua inauguração foi um acontecimento marcante para a cidade. Além da presença do governador Alberto Silva o evento contou com outras atividades, dentre elas a encenação de uma peça, protagonizada pelos estudantes da cidade, na qual retratavam o

desdobramento da batalha. Carlos Alberto Nonato Vieira<sup>4</sup> esteve nessa festividade, participando da peça e recorda o momento:

(...) ah essa inauguração hum foi bonita de mais. Nessa época houve apresentação da Batalha do Jenipapo, eu fui um caboclo dentro desta peça, que o diretor veio contratado, por nome Murilo se não me engano, ele era um caboco alto, tinha feito curso no Rio de Janeiro e tudo. E fizemos essa batalha a peça teatral completa desde a saída lá no rio Jenipapo ao encontro bem ali onde hoje é o cruzeiro (aponta em direção ao monumento) aí se confrontaram os caboclos, alguns soldados campomaiorenses, maranhenses e cearenses contra as tropas de Fidié, todas aquelas rouponas bem preparadas, foi muito bonito no dia da inauguração. (VIEIRA, 2018)

Essa peça teatral tinha o objetivo de mostrar aos presentes como aconteceu a batalha, exaltando feito dos combatentes da causa da independência brasileira. Para que o espetáculo fosse o mais belo e organizado possível foi contratado um diretor para dirigir a peça. Isso demonstra a preocupação do governo em tornar esse momento uma grande comemoração para a cidade.

A presença dos estudantes representando aqueles que lutaram na batalha é um aspecto interessante. A educação do período militar desejava inculcar nos estudantes um respeito às tradições e aos heróis nacionais. Naquele momento, os brasileiros que morreram defendendo a liberdade da nação foram transformados em heróis nacionais, passando a ser identificados como “Heróis do Jenipapo”. Então, fazer com que um estudante representasse um daqueles heróis – e se sentisse como um – era uma maneira de fazê-lo perceber a importância daquele feito para a nação e ver aqueles simples caboclos como heróis nacionais.

A celebração da Batalha do Jenipapo é uma forma de reforçar a identidade e o orgulho campomaiorenses bem como uma ferramenta de se colocar Campo Maior e o Piauí como fundamentais para a independência do Brasil, sendo reforçada anualmente, pois “(...) as festas cívicas, embora aconteçam no nosso tempo linear, trazem aspectos de um tempo cíclico do eterno retorno” (MELO, 2010, pág. 95). Exaltar esses heróis é uma maneira de tentar inseri-los na memória nacional, como também é uma maneira de inseri-los nas tradições oficiais (HOBSBAWM, 2002) do município.

Outra festa de destaque na cidade no período, como vimos anteriormente, era o dia da Independência do Brasil, comemorado com grandes festividades no dia 07 de setembro. É um

---

<sup>4</sup> Carlos Alberto Nonato Vieira é natural de Campo Maior e nasceu em 1960. Estudou na Unidade Escolar Valdivino Tito, no Ginásio Orientado para o Trabalho (GOT), no Colégio Estadual Professor Raimundinho Andrade e no Patronato Nossa Senhora de Lourdes. É graduado em Letras e foi professor em escolas públicas em Campo Maior e atualmente é professor aposentado.

momento de suntuosas celebrações nacionais visando comemorar a data em que o Brasil se tornou uma nação independente, mas também, no período militar, exaltar o governo em vigor. Analisar as memórias dos participantes destas comemorações em Campo Maior é fundamental para compreendermos como os campomaiorenses as percebiam e como os estudantes viam suas participações nestas festividades, pois durante o regime militar:

As festas cívicas não se constituíam apenas em instrumento de controle social, mas também assumiam a forma de mecanismos de fabricação do consenso social. Mais ainda, as comemorações elaborariam interpretações sobre acontecimentos pretéritos, procurando restabelecer os vínculos entre passado e presente e futuro, ao mesmo tempo em que permitiriam a formação de identidades coletivas, através da transformação do poder em espetáculo, legitimando alguns discursos que expressariam as aspirações coletivas e, portanto, simbolizariam a própria nação. (ALMEIDA, 2009, pág. 43)

As festas cívicas foram um instrumento utilizado pelo governo militar para conseguir sua legitimação. Suas realizações em pequenas cidades demonstram o interesse dos militares em se propagarem por todo o país, exaltando seus feitos e transmitindo uma mensagem de progresso da nação. Através dessas comemorações buscava-se fazer uma ligação daquele período com o passado brasileiro.

O Sete de Setembro é um momento marcante no calendário nacional, um dia em que se comemora a independência da Pátria e se cultua D. Pedro I como o grande herói nacional, é um ritual nacional que mobiliza a cidade exigindo um tempo sem trabalho, um feriado (DAMATTA, 1997). Tradicionalmente são feitas grandes celebrações dessa data em todo o país e em Campo Maior não foi diferente. Everaldo de Vasconcelos Teixeira nos relembra uma de suas participações nas comemorações dessa data cívica:

(...) era muito bonito, não tinha esses carros alegóricos que têm hoje, hoje eles enfeitam muito carro, era mesmo só o desfile. Era, cada colégio participava, era aquela animação, se era cedo da manhã 5h da manhã já tava todo mundo, a gente tinha aquela vontade mesmo próprio de participar. Aí fiquei até emocionado porque eu nunca tinha participado, aí eu estudando já à noite, no Valdivino, aí a gente foi participar, mas tinha que comprar uns tênis, tênis não, naquele tempo era um Kichute ou umas Conga (risos) aí eu comprei os Kichute pra ir a esse desfile, eu fiquei muito satisfeito. (...) O mesmo uniforme do colégio, no caso, na época era de camiseta porque a gente ia representando o futebol lá da escola, então a camiseta. Aí exatamente foi porque eu comprei os Kichute, é como se fosse um atleta, um jogador. Mas era aquela animação muito grande das pessoas, pais iam assistir, levavam os outros filhos pra participar, era muito aconchegante a gente ir ao Sete de Setembro. (TEIXEIRA, 2018).

A fala do Sr. Everaldo possui algumas informações bem interessantes. Como vimos em sua fala anterior o sol impetuoso de Campo Maior não o impedia de participar das comemorações à Batalha do Jenipapo. Aqui, ainda de madrugada as escolas já estavam se preparando para o desfile e mesmo ainda sendo cedo isso não era um empecilho para a sua realização, pois, segundo ele, tinha uma vontade própria de participar.

Entretanto, o destaque nessa fala é o seu esforço para a participação nos desfiles. Era necessário adquirir um tênis para poder participar dessa festividade e isso fez com que ele comprasse um Kichute<sup>5</sup>, pois ele faria parte de uma ala que representaria o futebol, daí a necessidade desse calçado. Vemos que isso foi um motivo de emoção e satisfação para o nosso entrevistado que se sentiu feliz por participar dessa celebração. Fica claro que o seu sentimento de civismo, de patriotismo era espontâneo, como desejavam os militares, e não visto como uma imposição. É significativo observar ainda a obrigatoriedade do calçado como componente do uniforme dos estudantes para sua presença no desfile, pois:

(...) as fardas remetem a posições centrais da estrutura social, já que são símbolos de poder na ordem social. São vestes usadas nos rituais e também no cotidiano, onde ocorre apenas uma mudança de grau e não de qualidade entre um tipo e outro. (...). As fardas simbolizam identidades sociais concretas que operam em todos os níveis da vida social. (DAMATTA, 1997, pág. 61.)

O Dia da Pátria é um ritual oficial (DAMATTA, 1997) daí a necessidade – ou a obrigatoriedade – do uso do fardamento escolar, para se estabelecer uma distinção na ordem social. Mesmo compreendendo a importância daquela festividade e demonstrando um sentimento cívico os estudantes (assim como toda a sociedade) estavam subordinados aos militares e o fardamento era uma maneira de entender a hierarquia social da época. Ou seja, nas festividades cívicas deveria ficar explícita “os níveis da vida social.”

Os desfiles do Dia da Pátria deveriam ser vistos como a data mais importante do calendário cívico nacional, sendo um momento de sintonização da população com o regime militar. Ao fazerem uma analogia do seu governo com D. Pedro, os militares buscavam uma identificação com o passado, na tentativa de se legitimarem no poder.

A imagem de Dom Pedro foi usada ainda para representar a integração nacional proposta pela ditadura ao fazer uma viagem dos seus restos mortais por todo o país no ano do

---

<sup>5</sup> Um tipo de tênis existente na época.

Sesquicentenário (1972)<sup>6</sup> (ALMEIDA, 2009). Para isso, as comemorações do Sete de Setembro eram instrumentos de fortalecimento do regime em vigor. Carlos Alberto Nonato Vieira recorda os desfiles realizados em Campo Maior nesse período:

“Bem, na época que eu estudava o ginásio existia os grandes desfile ave-maria, desfile com bateria certo, era assim uma farra, é comissão de frente que era as bandeira, carros-alegóricos, era uma coisa muito bonita que hoje não existe mais. O colégio ia todo, e o que era bonito não era a questão de amor à pátria, era aquela ordem unida, organização, fileira certo, marchando, os pés, a marcação de passo, pés, mão, rapaz eu achava bonito de mais isso aí, eu achava lindo, lindo, lindo, (...). (VIEIRA, 2018).

Observamos no depoimento do entrevistado sua admiração com a organização dos desfiles. Para ele, mais do que o amor à Pátria, expresso pelo próprio desfile, o que chamava a sua atenção era a forma como ele era organizado: os alunos marchando em filas, com passos bem marcados, mãos e pés em sincronia. É perceptível também um descontentamento em relação aos desfiles realizados atualmente, o que mostra que toda a organização dos desfiles realizados nessa época com seus elementos belos – tidos como grandes espetáculos cívicos – ficaram em sua memória como um passado admirável.

O desfile cívico do Sete de Setembro acaba sendo a maior festividade em homenagem ao Dia da Independência. É um momento esperado, não só para os participantes, mas também para cidade de modo geral, que aguarda o espetáculo que é o desfile.

Era ensinada, nas escolas, a importância do Sete de Setembro para a história do Brasil. Os alunos deveriam entender a relevância dessa data para a construção da nação brasileira, exaltando o imperador D. Pedro I – bem como os militares no governo – e propagar civismo, o amor à Pátria. No entanto, isso não devia ser tido como uma obrigação. O patriotismo deveria ser espontâneo e cada brasileiro deveria exercê-lo livremente. Mas, compreendemos que essas festividades eram articuladas pelo regime militar, não somente para exaltar datas cívicas e heróis nacionais, mas também fazer uma propaganda do governo militar. O Sr. Francisco Lima, lembrando o desfile do Sete de Setembro, nos mostra a maneira como ele entende essas festas:

Era um momento esperado, era um momento em que toda a escola se preparava e, porque na época a gente não percebia que havia sempre um sistema que era o sistema do regime militar, que pra nós não chegava... não

---

<sup>6</sup> Os despojos de D. Pedro I ficaram no Piauí, mais especificamente em Teresina, no mês de julho, no entanto as pesquisas que tratam dos Festejos do Sesquicentenário da Independência não detalham a passagem dos restos mortais do imperador no território piauiense (ALMEIDA, 2009; CORDEIRO, 2012; MORAIS, 2015).

tinha essa abertura de você saber, mas o que a gente percebe hoje é que eles obedeciam sempre uma recomendação de cima pra baixo, como volto a dizer de novo, e já preparavam muito bem, colocavam a estrutura, cada colégio, tinha aquela disputa entre os colégios, isso aí era bem organizado. Nós tínhamos preparações suficientes pra fazer um bom desfile baseado na disciplina do Exército. (LIMA, 2018).

Vemos que hoje o Sr. Francisco percebe o “sistema” do regime militar que estabelecia os direcionamentos para a realização das festas, mas naquela época isso passava despercebido, como era objetivado pelos militares. As escolas deveriam preparar grandes festividades, que encantassem a população, conforme a “disciplina do Exército”, mas sem passar a imagem de que fosse uma imposição do governo militar. Baseado no pensamento de Pierre Bourdieu podemos entender isso a partir daquilo que ele chama de poder simbólico:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*<sup>7</sup>, quer dizer ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos (...) mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos (...). (BOURDIEU, 2005, pág. 14)

Esse poder simbólico é usado como uma forma transfigurada do poder (BOURDIEU, 2005), por meio do qual o regime militar buscava impor suas ações. Era necessário fazer com que a população, de modo geral – especificamente, os participantes dos desfiles – não se percebessem sob o domínio de um poder, o poder militar. Nesse sentido, ignorando-se a arbitrariedade das festas cívicas, elas funcionam como exemplo do poder simbólico, para legitimação de regimes autoritários, como o regime militar.

### **Considerações Finais**

As memórias dos entrevistados foram fundamentais para entendermos sua participação nas festas cívicas comemoradas em Campo Maior, com detalhes e curiosidades que não encontraríamos em outras fontes. A partir disso, inferimos que a realização dessas festividades nessa cidade é vista positivamente para aqueles que participaram diretamente, no caso estudantes. Suas lembranças desses momentos nos permitem afirmar que a Ditadura Militar despertou nos campomaiorenses o sentimento de civismo e de patriotismo desejados.

---

<sup>7</sup> Grifo do autor



Assim, podemos compreender que as festas cívicas realizadas em Campo Maior no período militar foram fundamentais para que o civismo e o patriotismo pretendidos pelos militares aflorassem nos campomaiorenses.

As memórias dos participantes dessas festividades nos fazem entender a forma como elas marcaram sua infância/juventude, bem como observarmos importantes detalhes sobre suas presenças nessas comemorações que não veríamos em outras fontes. A moral, o civismo e o patriotismo desejados pelos militares, como forma de legitimar seu governo, estiveram presentes em Campo Maior.

## Referências

### Bibliografia

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Festas para que te quero**: por uma historiografia do festejar. Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs - CEDAP, v. 7, n. 1, jun. 2011. p. 134-150.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O Regime Militar em festa**: a comemoração do Sesquicentenário da Independência Brasileira (1972). (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico** (tradução de Fernando Tomaz) – 8º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CHAVES, Celson. **Rua Santo Antonio**. 2º ed. Campo Maior: EDUFPI, 2014.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente**: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2012.

DAMATTA, Roberto. Carnavais, paradas e procissões. In: DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 43-84

FONTINELLES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JESUS, Pauliana Maria de. **Polifonia sobre a Batalha do Jenipapo**: a construção de uma memória. (Monografia). Campo Maior: Universidade Estadual do Piauí, 2013

LIMA, Francisco de Paula Barroso. **Das “Almas do Batalhão” aos “Heróis do Jenipapo”:** tradição popular e memória cultural. (Monografia). Campo Maior: Universidade Estadual do Piauí, 2017

MELO, Salânia Maria Barbosa. **A Construção da Memória Cívica:** espetáculos de civilidade no Piauí. (1930-1945). Teresina: EDUFPI, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **In: Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992, p. 200-212.

MORAIS, Fabrício de Sousa. **Pátria nossa a cada dia:** o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da Ditadura Militar (150º aniversário da Independência do Brasil) (Tese de Doutorado). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: \_\_\_\_\_ (coord.). **Modernização, ditadura e democracia:** 1964-2010. 1º ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5)

RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil:** repressão e pretensão de legitimidade (1964-1984). Eduel: Londrina, 2013.

ROSA, José de Ribamar de Sena. **Quando a imprensa miúda é o veículo:** o semanário “A LUTA” e a cidade de Campo Maior-PI – falando de trocas e meios (Dissertação de Mestrado). Universidade Severino Sombra: Vassouras-RJ, 2012.

### **Fontes (Hemerográficas e Orais)**

DO ALTO deste monumento 150 anos são contemplados. **Jornal A LUTA**, ano VI, Nov. 1973,s/p

ESTUDANTES prontos para setembrada. **Jornal A LUTA**, ano V, nº 209, set. 1972

HOMENAGEM à Revolução. **Jornal A LUTA**, ano V, nº 208, mar. 1972

LIMA, Francisco de Paula Barroso. **Entrevista concedida a Caio Vinicius Silva Teixeira.** Campo Maior-PI, 05 abr. 2018

PIAUI resgatou dívida histórica. **Jornal do Piauí**, Teresina, ano XXIII, nº4.958, 07

TEIXEIRA, Everaldo de Vasconcelos. **Entrevista concedida a Caio Vinicius Silva Teixeira.** Campo Maior-PI, 24 mar. 2018.

VIEIRA, Carlos Alberto Nonato. **Entrevista concedida a Caio Vinicius Silva Teixeira.** Campo Maior-PI, 02 maio 2018

8º ANIVERSÁRIO da Revolução. **Jornal A LUTA**, ano V, nº 208, mar. 1972, s/p

Recebido em: 14 de abril de 2019.

Aprovado em: 07 de junho de 2019.